

<https://amazoniareal.com.br/governo-viola-direitos-indigenas-1-%e2%80%91-retorica-presidencial/>



# Governo viola direitos indígenas: 1 – Retórica presidencial



Por **Amazônia Real** Publicado em: 14/06/2022 às 17:43



**Por Lucas Ferrante e Philip M. Fearnside**

Em 06 de outubro de 2021 foi publicada na prestigiosa revista *Die Erde* (“A Terra”, em alemão) a versão em inglês do seguinte texto sobre a violação de direitos indígenas e o que poderia induzir uma mudança ([disponível aqui](#)). Leia a seguir a versão em português.

---

### **Resumo da série**

O atual governo no Brasil implementou uma agenda legislativa que visa enfraquecer as proteções dos povos indígenas, em consonância com um discurso ideológico e a participação direta das Forças Armadas nesse processo. Essa agenda possibilitou invasões de terras indígenas e uma taxa de mortalidade por COVID-19 muito maior para os povos indígenas quando comparados aos não indígenas. Um projeto de lei recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados visa extinguir todas as terras indígenas estabelecidas pelo governo brasileiro a partir de 1988. Este projeto de lei representa a abertura oficial para violação dos direitos dos povos indígenas pelo governo Bolsonaro e facilita a invasão de terras indígenas. Os múltiplos esforços do presidente para enfraquecer ou negar a proteção desses povos, usurpar suas terras e negar seus direitos de consulta sobre projetos que os afetam precisam ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil, pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, pela Comissão Interamericana Direitos Humanos (CIDH), a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e o Tribunal Penal Internacional

### **Consequências da retórica presidencial**

Invasão das terras indígenas do Brasil aumentou dramaticamente após a posse do Presidente Bolsonaro [1-3]. Isso é uma resposta à retórica e às políticas do Presidente que impedem as ações dos órgãos governamentais que deveriam conter essas invasões, além da

promoção do governo de grandes projetos de infraestrutura, ignorando o direito dos povos indígenas impactados à consulta, conforme estabelecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) Convenção 169 [4-8]. Enquanto outros governos presidenciais também violaram os direitos indígenas, o governo Bolsonaro tem se destacado, especialmente no uso da retórica [9]. O governo presidencial de Jair Bolsonaro está implementando uma agenda “ruralista” que visa a abertura de terras indígenas para a entrada do agronegócio, mineração e hidrelétricas (por exemplo, [10]). Os “ruralistas” do Brasil são grandes proprietários de terras e seus representantes que formam uma parte fundamental da base política de Bolsonaro [4]. Bolsonaro mentiu para o mundo sobre o desmatamento e as queimadas na Amazônia, culpando os indígenas quando as verdadeiras causas são os “ruralistas” que se beneficiam do desmonte das políticas ambientais [6].

A frequência de ataques contra povos indígenas mais que dobrou durante o governo do presidente Bolsonaro [11]. Os garimpeiros são uma fonte importante de ataques, como um ataque de maio de 2021 que incendiou as casas de lideranças Munduruku [12]. No mesmo mês, mineradores ligados a o Primeiro Comando da Capital (PCC), organização criminosa que lidera o tráfico de drogas no Brasil, atacou aldeias Yanomami no estado de Roraima [13]. Os ataques aos povos indígenas são diretamente estimulados pelo discurso de ódio de Bolsonaro [2]. Quando o Jair Bolsonaro assumiu a presidência, declarou que nem um centímetro de terra seria demarcado para os povos indígenas e que tentaria reverter as demarcações que já foram feitas [4]. Em 11 de janeiro de 2019, apenas 10 dias após a posse do presidente Bolsonaro, o discurso do presidente foi explicitamente citado por grileiros como justificativa quando invadiram a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau no estado de Rondônia, alegando que os indígenas não tinham mais direitos sobre suas terras agora que Bolsonaro era presidente, além de ameaçar decapitar todas as crianças da aldeia se o povo tentasse reaver suas terras [14, 15].

Empresas de biocombustíveis, como a Millenium Bioenergia, estão consolidando uma cadeia produtiva de biocombustíveis e produtos

alimentícios em terras indígenas amazônicas. Isso tem o potencial de desencadear novas pandemias como resultado de saltos zoonóticos devido à degradação ambiental e à presença de suínos, bovinos e outros animais domésticos [16]. No dia 20 de agosto de 2020, o Vice-Presidente (General Hamilton Mourão) reuniu-se com o setor sucroenergético, onde um dos temas do encontro foi o programa Renova Bio [17], que tem grande potencial para estimular um novo ciclo de desmatamento [18, 19].

Grupos de garimpeiros ilegais visando terras indígenas na região amazônica têm usado explosivos que só podem ser usados por militares brasileiros [20], levantando duas hipóteses: 1) esses explosivos foram desviados por militares corruptos, ou 2) isso é uma ação deliberada com a cumplicidade das forças armadas. Durante a ditadura militar brasileira (1964 a 1985) o exército brasileiro usou explosivos e armas automáticas contra os índios Waimiri-Atroari para permitir a construção da BR-174 (Manaus – Boa Vista), ato que está sendo investigado como genocídio pelo Ministério Público Federal [21, 22]. Em 2020 e 2021 as forças militares brasileiras distribuíram cloroquina e outros medicamentos ineficazes para o tratamento da COVID-19 aos indígenas [23, 24]. Uma das preocupações com a militarização do meio ambiente que tem sido a marca do atual governo presidencial [25, 26] é o registro de direitos humanos das forças armadas brasileiras recentemente documentado no extenso relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos [27].

Cientistas que defendem o meio ambiente e denunciaram a “agenda da morte” do presidente Bolsonaro sofreram ataques, ameaças de morte e assédio, inclusive o primeiro autor deste artigo [28]. A retórica do Presidente e um fluxo constante de postagens para apoiadores nas mídias sociais têm efetivamente incentivado atos como esses (por exemplo, [29]). Antes de sua candidatura e eleição como presidente, o então deputado federal Bolsonaro declarou que uma guerra civil era desejável e que cerca de 30.000 pessoas precisavam morrer no Brasil [30]. [31]

---

*A imagem que abre este artigo é de autoria de Kauri Waiãpi (@daldeiaoficial) e mostra indígenas durante a Marcha do ATL 2022 em Brasília.*

---

**NOTAS:**

- [1] CIMI (Conselho Indigenista Missionário) 2019. [Nota do Cimi sobre o extermínio dos povos isolados: ao menos 21 terras indígenas estão invadidas](#). *CIMI*, 12 de novembro de 2019.
- [2] HRW (Human Rights Watch) 2019. [Rainforest mafias: How violence and impunity fuel deforestation in Brazil's Amazon](#).
- [3] ISA (Instituto Socioambiental) 2019. [Invasores produzem maior desmatamento em Terras Indígenas em 11 anos](#). *ISA*, 13 de dezembro de 2019.
- [4] Ferrante, L. & P.M. Fearnside 2019. [Brazil's new president and 'ruralists' threaten Amazonia's environment, traditional peoples and the global climate](#). *Environmental Conservation* 46(4): 261-263,
- [5] Ferrante, L. & P.M. Fearnside 2020. [Amazon's road to deforestation](#). *Science* 369: 634,
- [6] Ferrante, L. & P.M. Fearnside 2020. [Military forces and COVID-19 as smokescreens for Amazon destruction and violation of indigenous rights](#). *Die Erde* 151(4): 258-263.
- [7] Ferrante, L. & P.M. Fearnside 2020. [Brazil threatens Indigenous lands](#). *Science* 368: 481-482.

- [8] Ferrante, L., M. Gomes & P.M. Fearnside 2020. [Amazonian indigenous peoples are threatened by Brazil's Highway BR-319](#). *Land Use Policy* 94: art. 104548.
- [9] de Carvalho, S., D.R. Goyes & V.V. Weis 2021. [Politics and Indigenous victimization: The case of Brazil](#). *The British Journal of Criminology* 61(1): 251–271.
- [10] Rocha, J. 2020. [Bolsonaro sends Congress bill to open indigenous lands to mining, fossil fuels](#). Mongabay, 07 de fevereiro de 2020.
- [11] Cruz, M.T. 2020. [Violência contra povos indígenas aumentou 150% no primeiro ano do governo Bolsonaro](#). *Congresso em Foco*, 30 de setembro de 2020.
- [12] Alves, M. & E. Farias 2021. [Garimpeiros atacam aldeia e incendiam casa de liderança Munduruku](#). *Amazônia Real*, 26 de maio de 2021.
- [13] Brasil, K., E. Costa & E. Farias 2021. [Garimpeiros ligados ao PCC atacam aldeia Yanomami](#). *Amazônia Real*, 10 de maio de 2021.
- [14] Arrais Neto, G. 2019. [Organização criminosa invade Terras Indígenas em Rondônia](#). – *Revista IHU On-Line*, 17 de janeiro de 2019.
- [15] Thomas, J.A. 2019. [Invasores de terra indígena em Rondônia ameaçam matar crianças -Discurso anti-indígena do novo governo teria motivado o aumento das agressões](#). Veja, 11 de fevereiro de 2019.
- [16] Ferrante, L., R.I. Barbosa, L.H. Duczmalz & P.M. Fearnside 2021. [Brazil's planned exploitation of Amazonian indigenous lands for commercial agriculture increases risk of new pandemics](#). *Regional Environmental Change* 21: art. 81.
- [17] FIEG (Federação das Indústrias do Estado de Goiás) 2020. [Fieg discute setor sucoenergético com vice-presidente Hamilton Mourão](#). *FIEG*.

- [18] Ferrante, L. & P.M. Fearnside 2018. [Amazon sugarcane: A threat to the forest](#). *Science* 359: 1476,
- [19] Ferrante, L. & P.M. Fearnside 2020. [The Amazon: Biofuels plan will drive deforestation](#). *Nature* 577: 170.
- [20] Raquel, M. 2021. [Exército é o único vendedor de bombas utilizadas por garimpeiros para atacar indígenas](#). *Brasil de Fato*, 11 de junho de 2021.
- [21] Farias, E. 2019. [Waimiri-Atroari sobreviventes de genocídio relatam ataques durante obra da BR-174](#). *Amazonia Real*, 06 de março de 2019.
- [22] Fearnside, P.M. 2018. [O genocídio dos Waimiri-Atroari: Um possível reconhecimento histórico](#). *Amazônia Real*, 12 de março de 2018.
- [23] Montel, A.L. 2021. [Governo Bolsonaro entope aldeias indígenas com cloroquina](#). *Amazônia Real*, 19 de julho de 2021.
- [24] Portal Roraima 2020. [Militares distribuem cloroquina para indígenas de Roraima em ação contra coronavírus](#). *Portal Roraima*, 01 de julho de 2020.
- [25] Astrini, M., S. Araújo & C. Angelo 2020. [O “Plano Mourão”: Um rascunho para a militarização da Amazônia](#). *Observatório do Clima*, 16 de novembro de 2020, 14 pp.
- [26] Teixeira, M. 2020. [Gilmar cita genocídio de índios e volta a criticar excesso de militares no Ministério da Saúde](#). *Folha de S. Paulo*, 14 de julho de 2020.
- [27] IACHR (Inter-American Commission on Human Rights) 2021. [The situation of human rights in Brazil](#). OEA/Ser.L/V/II. Doc. 9, IACHR, 12 de fevereiro de 2021. 203 p.
- [28] The Intercept Brasil 2021. [Como um cientista na Amazônia se tornou alvo de perseguição e ameaças](#). *The Intercept Brasil*, 16 de março de 2021.

[29] Severo, V.S. 2019. [Jair Bolsonaro traz discurso de ódio como fala oficial da presidência](#). *Carta Capital*, 06 de agosto de 2019.

[30] [Jornal da Cultura 2021](#). *Jornal da Cultura*, 29 de março de 2021.

[31] Este texto é traduzido de: Ferrante, L. & P.M. Fearnside. 2021. [Brazilian government violates Indigenous rights: What could induce a change?](#) *Die Erde* 152(3): 200–211.

---

**Lucas Ferrante** é doutorando em Biologia (Ecologia) no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Manaus, AM. Tem pesquisado agentes do desmatamento, buscando políticas públicas para mitigar conflitos de terra gerados pelo desmatamento, invasão de áreas protegidas e comunidades tradicionais, principalmente sobre Terras indígenas e Unidades de Conservação na Amazônia.

**Philip Martin Fearnside** É doutor pelo Departamento de Ecologia e Biologia Evolucionária da Universidade de Michigan (EUA) e pesquisador titular do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em Manaus (AM), onde vive desde 1978. É membro da Academia Brasileira de Ciências. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC), em 2007. Tem mais de 700 publicações científicas e mais de 600 textos de divulgação de sua autoria que podem ser acessados aqui. <https://philip.inpa.gov.br>



<https://amazoniareal.com.br/governo-viola-direitos-indigenas-2-%e2%80%91-desmantelamento-de-orgaos-e-protecoes-legais/>



# Governo viola direitos indígenas: 2 – Desmantelamento de órgãos e proteções legais



Por [Amazônia Real](#) Publicado em: 22/06/2022 às 15:18



Por **Lucas Ferrante e Philip M. Fearnside**

**Um desmantelamento generalizado de órgãos federais e proteções legais está em andamento desde que o Presidente Bolsonaro assumiu o cargo em 2019 [1-3]. O financiamento para os órgãos responsáveis pelo meio ambiente e pelos povos indígenas foi drasticamente cortado, o quadro de funcionários é reduzido, os chefes dos órgãos e outras posições de liderança foram entregues a apoiadores de Bolsonaro que se opõem aos objetivos dos órgãos e centenas de regulamentos internos que podem ser emitidos ao toque de uma caneta prejudicaram as operações da agência (por exemplo, [4, 5]. Em 22 de abril de 2020, essas mudanças foram notoriamente chamadas de “boiada” pelo então ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, quando convocou seus colegas ministros a aproveitar a atenção da mídia focada no COVID-19 como uma “oportunidade” para “passar a boiada” [6]. O uso de eventos como a pandemia de COVID-19 tem sido uma prática comum do governo para lançar uma cortina de fumaça sobre o enfraquecimento da legislação sobre meio ambiente e povos indígenas [7, 8].**

**Em dezembro de 2020 e janeiro de 2021, o Presidente Bolsonaro liberou quantidades recorde de fundos conhecidos como “emendas” [9, 10] e conseguiu induzir membros da Câmara dos Deputados e do Senado a eleger seus aliados políticos como presidentes de ambas as casas do Congresso Nacional em 1º de fevereiro de 2021. Imediatamente após essa virada política, Bolsonaro enviou aos presidentes da Câmara recém-eleitos uma lista de 35 projetos de lei que devem ter prioridade para aprovação em 2021 [11]. Estes incluem o PL 191/2020 que abriria as terras indígenas ao agronegócio, pecuária, barragens e mineração [12]. Outro projeto de lei encerra efetivamente o licenciamento ambiental (PL 3729/2004, agora aprovado pela Câmara dos Deputados) e atualmente avançando pelo Senado (ver [13]). Outro (PL 490/2007, agora aprovado pela Câmara dos Deputados (ver [14]) enfraquece a legislação de proteção aos povos indígenas e permite a revogação de terras indígenas criadas a partir de 1988.**

**Outro (PL 2633/2020, agora aprovado pela Câmara dos Deputados) flexibilizou os regulamentos sobre a legalização de reivindicações**

**ilegais de terras, facilitando muito a grilagem ou a reivindicação ilegal de grandes áreas de terras públicas [15]. Outros (PL 6438/2019 e PL 3723/2019) flexibilizariam as leis de controle de armas, facilitando assim a formação e armamento de grupos paramilitares ruralistas [16]. Durante a infame reunião ministerial de 22 de abril de 2020 (onde foi promovida a “boiada”), cuja gravação em vídeo foi divulgada ao público por ordem do Supremo Tribunal Federal, o Presidente Bolsonaro afirmou que queria armar o povo para que eles poderiam se levantar contra governadores de estado “tirânicos” que queriam instituir medidas de distanciamento social para conter a COVID-19 [6]. Líderes indígenas apontaram que Bolsonaro está armando pessoas para invadir suas terras [17].**

**Entre os retrocessos do PL 490/2007 está a previsão de que somente as terras que já estavam formalmente em posse dos indígenas na data da promulgação da Constituição de 1988 podem ser consideradas “terras indígenas”, exigindo-se, portanto, a comprovação da propriedade, o que não é necessário hoje. Essa disposição altera a configuração das terras indígenas no Brasil e, diante do enfraquecimento da proteção promovida pelo próprio governo, esses povos ficarão vulneráveis a invasores armados que pretendam reivindicar territórios indígenas. As terras indígenas representam dois terços da área sob alguma forma de proteção na região amazônica brasileira, com menos desmatamento do que em áreas protegidas destinadas exclusivamente à conservação [18].**

**O desmatamento na Amazônia brasileira aumentou dramaticamente desde que o Jair Bolsonaro assumiu a presidência em janeiro de 2019 [19]. Isso é em grande parte resultado das ações do presidente e do discurso anti-ambiental [2]. As ações podem enviar uma mensagem forte tanto para os potenciais infratores das regras que protegem o meio ambiente e os povos indígenas quanto para os agentes governamentais responsáveis pelo cumprimento dessas regras. Em 12 de abril de 2020, um episódio do popular programa de televisão “Fantástico” mostrou fiscais do órgão ambiental (IBAMA) queimando equipamentos de garimpeiros ilegais em uma terra indígena,**

**conforme autorizado por lei [20]. O Presidente Bolsonaro ficou furioso e, dois dias depois, seu ministro do meio ambiente demitiu dois funcionários do IBAMA como punição.**

**Em 07 de maio de 2020, o presidente emitiu uma “Garantia da Lei e da Ordem” (GLO) colocando todas as inspeções do IBAMA sob comando militar [21]. Isso supostamente garantiria que nenhum equipamento seria destruído quando madeireiros e mineradores ilegais fossem capturados [22]. A destruição de equipamentos é o principal desincentivo a essas atividades ilegais, pois as outras consequências de ser pego são essencialmente um toque no pulso. Todas as ações de fiscalização ambiental foram colocadas sob a “Operação Brasil Verde 2”, liderada pelo Vice-Presidente (General Hamilton Mourão) como chefe do novo “Conselho da Amazônia”. Esse conselho é composto por 19 militares e quatro policiais federais, mas não possui técnicos especializados na área ambiental [23]. A nova estrutura estabelece uma cadeia de comando alternativa que é independente dos órgãos e funcionários ambientais do governo, implementando diretamente as ordens do comandante em chefe (presidente Bolsonaro).**

**O general Mourão declarou notavelmente que “comeria a boina” de seu uniforme militar se a notoriamente destrutiva rodovia BR-319 não for concluída dentro do atual governo [24]. Essa rodovia ligaria o “arco do desmatamento” na parte sul da região ao relativamente intacto centro e norte da Amazônia, enquanto estradas planejadas conectando à BR-319 dariam aos desmatadores o acesso ao oeste da Amazônia e à maior parte do que resta da floresta amazônica brasileira [25-29].**

**O estudo de impacto ambiental (EIA) do trecho médio da rodovia BR-319 ainda não foi aprovado pelo IBAMA. O IBAMA descumpriu a recomendação do Ministério Público Federal de aguardar o controle da pandemia antes de realizar as audiências públicas que fazem parte do processo de licenciamento. A rodovia BR-319 ameaça pelo menos 18.000 indígenas que tiveram o direito de consulta negado pelo Governo Federal [26-29]. As terras desses povos já estão sendo**

**invadidas por grileiros durante a pandemia, e o desmatamento é desenfreado na área afetada da rodovia BR-319 [25, 28]. A aprovação do PL 3729/2004 pela Câmara dos Deputados em 13 de maio de 2021 foi comemorada por políticos em Manaus porque permitiria o início imediato das obras da BR-319 sem os atuais requisitos de licenciamento ambiental [30]. Esses requisitos incluem a consideração dos povos indígenas impactados.**

**Os militares evitaram realizar operações em focos de desmatamento [31, e os fiscais ambientais relataram que os militares impediram intencionalmente suas ações de fiscalização [32]. A operação militar também desperdiça grandes quantias de dinheiro que poderiam ter um efeito significativo na repressão do desmatamento se aplicada pelo órgão ambiental, sendo essa uma das razões pelas quais o Brasil seria mais bem atendido com o fortalecimento de seus órgãos ambientais como o IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) em vez de militarizar a proteção da Amazônia [33].**

**Os militares também dominam hoje a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que é o órgão responsável pela proteção dos indígenas brasileiros. Um incidente que sintetizou as consequências disso ocorreu em 23 de junho de 2021, quando um tenente do Exército que coordena uma filial local da FUNAI no estado do Amazonas sugeriu “meter fogo” em um grupo de indígenas isolados [34]. Novos militares nomeados à frente de filiais locais da FUNAI muitas vezes renegam as promessas de assistência feitas pelos chefes locais anteriores (por exemplo, [35]). A atual liderança da FUNAI tem perseguido lideranças e organizações indígenas, por exemplo, ao apresentar uma denúncia à Polícia Federal alegando que a FUNAI foi vítima de calúnia na série de vídeos “Mayará, uma emergência indígena” produzida pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) [36]. A investigação policial foi interrompida em 05 de maio de 2021 por um tribunal federal em Brasília algumas horas após a APIB apresentar processos simultaneamente na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e no Supremo Tribunal Federal (STF) [37.**

**Além de militares, cristãos evangélicos, parte importante da base política de Bolsonaro, também foram nomeados para cargos-chave na FUNAI. Isso inclui um ex-missionário da Missão Novas Tribos como chefe da Coordenação de Índios Isolados e Recentemente Contatados (CGIIRC) [38]. O resultado foi um aumento nas autorizações para proselitismo em áreas indígenas, incluindo contato com grupos isolados. A disseminação do COVID-19 é um dos riscos dessa atividade [39].**

### **COVID-19 e povos indígenas**

**As forças militares do Brasil têm sido usadas como cortina de fumaça para a degradação da Amazônia e violações dos direitos dos povos indígenas em meio à pandemia [40]. Muitas terras indígenas foram invadidas, e os invasores podem espalhar a COVID-19 em comunidades indígenas [41, 42]. O povo Apurinã denunciou a invasão de suas terras a partir de uma estrada vicinal (“ramal”) ilegal que está sendo construída para ligar à rodovia BR-319, o que pode levar à disseminação da COVID-19 [28, 29, 43, 44]. Os povos indígenas são um grupo de risco do COVID-19, e o vírus pode dizimar culturas inteiras porque as tradições indígenas são transmitidas oralmente pelos anciãos da aldeia que são os mais afetados [45, 46]. O tratamento dado pelo governo Bolsonaro à pandemia de COVID-19 entre os indígenas é parte importante da ação de prevenção ao genocídio que foi movida no Supremo Tribunal Federal por organizações indígenas em 30 de junho de 2020 [47, 48].**

**O presidente Bolsonaro vetou medidas como o fornecimento de água potável e leitos hospitalares para povos indígenas durante a pandemia de COVID-19, ações que, aliadas à agenda política e ideológica do governo Bolsonaro, colocam em risco múltiplas etnias [44]. Estudos preliminares sugerem que parte da população amazônica não gera uma resposta imune natural ao vírus SARS-CoV-2 que causa a COVID-19 [49]. A falta de coevolução desses povos com muitas doenças virais é, provavelmente, um fator contribuinte [45]. A maior mortalidade indígena é evidente quando comparada à mortalidade da população**

não indígena, que está ligada não apenas ao patrimônio genético desses povos, mas também à sua vulnerabilidade social, que se tornou ainda mais acentuada em decorrência das políticas de o governo Bolsonaro durante a pandemia [44–46, 50]. Um cálculo baseado em dados do Ministério da Saúde indica que os indígenas têm uma chance 98% maior de morrer de COVID-19 do que os brasileiros descendentes de europeus [51]. [52]

---

*A imagem que abre este artigo é de autoria de Cícero Pedrosa Neto e mostra a mobilização dos indígenas em Brasília na Esplanada dos Ministérios contra o PL 490 e contra o marco temporal.*

---

## Notas

[1] Abessa, D., A. Famá & L. Buruaem 2019. [The systematic dismantling of Brazilian environmental laws risks losses on all fronts](#). *Nature Ecology and Evolution* 3: 510–511.

[2] Ferrante, L. & P.M. Fearnside 2019. [Brazil's new president and 'ruralists' threaten Amazonia's environment, traditional peoples and the global climate](#). *Environmental Conservation* 46(4): 261–263,

[3] Werneck, F., J. Sordi, S. Araújo & C. Angelo 2021. “pushing the whole lot through” [The second year of environmental havoc under Brazil's Jair Bolsonaro](#). *Observatório do Clima*, 22 de janeiro de 2021. 38 pp.

[4] Amaral, A.C., P. Watanabe, D. Yukari & M. Meneghini 2020. [Governo acelerou canetadas sobre meio ambiente durante a pandemia](#). *Folha de São Paulo*, 28 de julho de 2020.

[5] Gonzales, J. 2020. [Brazil dismantles environmental laws via huge surge in executive acts: Study](#). Mongabay, 05 de agosto de 2020.

- [6] Youtube 2020. [Video completo da reunião ministerial](#). *Youtube*.
- [7] Ferrante, L. & P.M. Fearnside 2020. [Military forces and COVID-19 as smokescreens for Amazon destruction and violation of indigenous rights](#). *Die Erde* 151(4): 258–263,
- [8] Vale, M.M., E. Berenguer, M.A. de Menezes, E.B.V. de Castro, L.P. de Siqueira & R.C.Q. Portela 2021. [The COVID-19 pandemic as an opportunity to weaken environmental protection in Brazil](#). *Biological Conservation* 255: art. 108994,
- [9] Shalders, A. 2020. [Emendas, cargos e ministérios: As promessas dos candidatos à presidência da Câmara](#). *BBC News Brasil*, 31 de dezembro de 2020.
- [10] Soares, G. 2021. [Bolsonaro liberou R\\$ 511,5 milhões em emendas para o Congresso em janeiro](#). *Poder 360*, 01 de fevereiro de 2021.
- [11] Agostini, R. 2021. [Bolsonaro entrega a Pacheco e Lira lista com 35 projetos prioritários](#). *CNN*, 03 de fevereiro de 2021.
- [12] Villén-Pérez, S, P. Moutinho, C.C. Nóbrega & P. De Marco. 2020. [Brazilian Amazon gold: Indigenous land rights under risk](#). *Elementa Science of the Anthropocene* 8: art. 31.
- [13] Ruaro, R., L. Ferrante & P.M. Fearnside 2021. [Brazil's doomed environmental licensing](#). *Science* 372: 1049–1050,
- [14] Pontes, F. 2021. [Bancada bolsonarista na CCJ aprova Projeto de Lei que muda regras da demarcação indígena](#). *Amazônia Real*, 23 de junho de 2021.
- [15] Fearnside, P.M. 2020. [Brazil's 'land-grabbers law' threatens Amazonia \(commentary\)](#). *Mongabay*, 25 de maio de 2020.
- [16] Ferrante, L. & P.M. Fearnside 2021. [Brazil's political upset threatens Amazonia](#). *Science* 371: 898,



- [17] Ávila, C. 2021. [“Bolsonaro está armando pessoas no campo contra nós”, diz Megaron Txucarramãe](#). *Amazônia Real*, 03 de agosto de 2021.
- [18] Nogueira E.M., A.M. Yanai, S.S. Vasconcelos. P.M.L.A. Graça & P.M. Fearnside 2018. [Carbon stocks and losses to deforestation in protected areas in Brazilian Amazonia](#). *Regional Environmental Change* 18(1): 261–270.
- [19] INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) 2021. [Terra Brasilis DETER \(Avisos\)](#). *INPE*.
- [20] Gonzales, J. 2020. Brazil sacks officials who curbed deforestation on Amazon indigenous lands. *Mongabay*, 05 de maio de 2020.
- [21] Bragança, D. 2020. [Ações do Ibama e ICMBio na Amazônia serão subordinadas aos militares, decreta Bolsonaro](#). *O Eco*, 07 de maio de 2020.
- [22] ClimaInfo 2020. [Nova GLO ambiental coloca Ibama e ICMBio sob comando de militares](#). *ClimaInfo*, 08 de maio de 2020.
- [23] Quadros, V. 2020. [Mourão concentra políticas para a Amazônia nas Forças Armadas](#). *A Pública*, 31 de agosto de 2020.
- [24] Amazonas Atual 2019. [‘Se esse trio não resolver o problema da BR-319 eu vou comer minha boina’, diz Mourão](#). *Amazonas Atual*, de 30 de março de 2019.
- [25] Andrade, M., L. Ferrante & P.M. Fearnside 2021. [Brazil’s Highway BR-319 demonstrates a crucial lack of environmental governance in Amazonia](#). *Environmental Conservation* 48(3):161–164
- [26] Ferrante, L. & P.M. Fearnside 2020. [Amazon’s road to deforestation](#). *Science* 369: 634,
- [27] Ferrante, L., M. Gomes & P.M. Fearnside 2020. [Amazonian indigenous peoples are threatened by Brazil’s Highway BR-319](#). *Land Use Policy* 94: art. 104548,

- [28] Ferrante, L., M.B.T. Andrade & P.M. Fearnside 2021. [Land grabbing on Brazil's Highway BR-319 as a spearhead for Amazonian deforestation.](#) *Land Use Policy*108: art.105559,
- [29] Ferrante, L., M.B.T. Andrade, L. Leite, C.A. Silva Junior, M. Lima, M.G. Coelho Junior, E.C. Silva Neto, D. Campolina, K. Carolino, L.M. Diele-Viegas, E.J.A.L. Pereira & P.M. Fearnside 2021. [Brazil's Highway BR-319: The road to the collapse of the Amazon and the violation of indigenous rights.](#) *Die Erde*152: 65-70,
- [30] Amazonas em Tempo 2021. [Força à BR-319.](#) *Amazonas em Tempo*, 14 de maio de 2021,
- [31] Alessi, G. 2020. [Exército sabia dos pontos de maior risco de devastação da Amazônia, mas falhou no combate.](#) *El País*, 03 de agosto de 2020.
- [32] Preite Sobrinho, W. 2020. [Fiscais acusam militares de atrapalhar combate ao desmatamento na Amazônia.](#) *UOL*, 28 de junho de 2020.
- [33] Dolce, J. 2021. [Como dois anos de militares comandando a Amazônia levou ao desmonte da fiscalização ambiental.](#) *Open Democracy*, 30 de julho de 2021.
- [34] Masionnave, F. 2021. [Tenente do Exército, coordenador da Funai fala em 'meter fogo' em índios isolados no AM; ouça áudio.](#) *Folha de São Paulo*, 22 de julho de 2021.
- [35] Lima, L. 2021. [Militar da Funai é acusado de desviar patrimônio de indígenas Mura.](#) *Amazônia Real*, 30 de maio de 2021.
- [36] APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) 2020. [Maracá – emergência indígena.](#) *APIB*, 26 de agosto de 2020.
- [37] APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) 2021. [Brazil's Justice nullifies investigation that tries to persecute the indigenous leader Sonia Guajajara and the Articulation of the Indigenous Peoples of Brazil.](#) *APIB*, 06 de maio de 2021.

[38] Branford, S. 2020. [Bringing Christ and coronavirus: Evangelicals to contact Amazon indigenous](#). *Mongabay*, 17 de março de 2020.

[39] Milanez, F. 2020. [Indígenas vão à Justiça contra missionários na Amazônia para impedir genocídio](#). *Carta Capital*, 15 de abril de 2020,

[40] Ferrante, L. & P.M. Fearnside 2020. [Military forces and COVID-19 as smokescreens for Amazon destruction and violation of indigenous rights](#). *Die Erde* 151(4): 258-263,

[41] Ferrante, L. & P.M. Fearnside 2020. [Brazil threatens Indigenous lands](#). *Science* 368: 481-482,

[42] Oviedo, A., E.N.O. de Araújo, J.P. Batista & T.M. dos Santos. 2020. [Relatório técnico sobre o risco iminente de contaminação de populações indígenas pelo novo coronavírus em razão da ação de invasores ilegais](#). *Instituto Socioambiental (ISA)*, 22 de junho de 2020, 36 p.

[43] Fearnside, P.M., L. Ferrante, A.M. Yanai & M.A. Isaac Júnior 2020. [Trans-Purus: Brazil's last intact Amazon forest at immediate risk \(commentary\)](#). *Mongabay*, 24 de novembro de 2020.

[44] Ferrante, L., W.A. Steinmetz, A.C.L. Almeida, J. Leão, R.C. Vassão, U. Tupinambás, P.M. Fearnside & L.H. Duczmal 2021. [How Brazil's president turned the country into a global epicenter of COVID-19](#). *Journal of Public Health Policy*,

[45] Ferrante, L. & P.M. Fearnside 2020. [Protect Indigenous peoples from COVID-19](#). *Science* 368: 251,

[46] Ferrante, L., W.A. Steinmetz, A.C.L. Almeida, J. Leão, R.C. Vassão, U. Tupinambás, P.M. Fearnside & L.H. Duczmal 2020. [Brazil's policies condemn Amazonia to a second wave of COVID-19](#). *Nature Medicine* 26: 1315,

[47] Sarmento, D. et al. 2020. Exmo. Sr. [Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal. Ação protocolada no Supremo Tribunal Federal em 30](#)

[de junho de 2020](#). Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), 88 p.

[48] ISA (Instituto Socioambiental) 2020. [Povos indígenas acionam o Supremo para impedir genocídio](#). /ISA, 30 de junho de 2020.

[49] Ferrante, L., Livas, S., W.A. Steinmetz, A.C.L. Almeida, J. Leão, R.C. Vassão, U. Tupinambás, P.M. Fearnside & L.H. Duczmal 2021. The First Case of Immunity Loss and SARS-CoV-2 [Reinfection by the same virus lineage in Amazonia](#). *Journal of Racial and Ethnic Health Disparities* 8: 821–823,

[50] Parola, G. & K. Wu 2021. [The barriers in ensuring the right to health for indigenous peoples in Brazil during COVID-19](#). *Revista Culturas Jurídicas* 8(19): 1–30.

[51] Serra, C. 2020. [Os militares e o genocídio indígena](#). *Folha de São Paulo*, 20 de julho de 2020.

[52] Este texto é traduzido de: Ferrante, L. & P.M. Fearnside. 2021. [Brazilian government violates Indigenous rights: What could induce a change?](#) *Die Erde* 152(3): 200–211.

---

Leia o primeiro texto da série:

[Governo viola direitos indígenas: 1 – Retórica presidencial](#)

---

Lucas Ferrante é doutorando em Biologia (Ecologia) no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Manaus, AM. Tem pesquisado agentes do desmatamento, buscando políticas públicas para mitigar conflitos de terra gerados pelo desmatamento, invasão de áreas protegidas e comunidades tradicionais, principalmente sobre Terras indígenas e Unidades de Conservação na Amazônia.

**Philip Martin Fearnside** É doutor pelo Departamento de Ecologia e Biologia Evolucionária da Universidade de Michigan (EUA) e pesquisador titular do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em Manaus (AM), onde vive desde 1978. É membro da Academia Brasileira de Ciências. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC), em 2007. Tem mais de 700 publicações científicas e mais de 600 textos de divulgação de sua autoria que podem ser acessados aqui.  
<https://philip.inpa.gov.br>

<https://amazoniareal.com.br/governo-viola-direitos-indigenas-3-ameacas-a-democracia-e-possiveis-consequencias/>



## Governo viola direitos indígenas: 3 – Ameaças à democracia e possíveis consequências



Por [Amazônia Real](#) Publicado em: 29/06/2022 às 16:13



---

Por Lucas Ferrante e Philip M. Fearnside

## Ameaças à democracia brasileira

O Presidente Bolsonaro gosta de usar a expressão “meu Exército”, o que implica que ele não aceita o papel dos militares como não envolvidos na política. Em 08 de março de 2021, Bolsonaro anunciou que “seu” Exército não obrigaria a população a ficar em casa para conter a pandemia de COVID-19 [1]. Uma declaração de Bolsonaro sugeria o uso do Exército para promover um estado de sítio no país, o que violaria a constituição brasileira, indicando uma tentativa de golpe militar para instaurar uma ditadura [1].

Em 14 de março de 2021, o ministro da Defesa Fernando Azevedo e Silva declarou que o exército não se inclinaria para o autoritarismo e em 30 de março foi demitido por se recusar a alinhar as forças armadas com a ideologia do presidente Bolsonaro [2]. Imediatamente após, os comandantes do Exército, da Marinha, e da Aeronáutica renunciaram, alegando que as Forças Armadas não participariam de uma aventura golpista [3]. O substituto-chave para o comando do Exército foi escolhido a dedo por Bolsonaro ao invés de seguir o procedimento normal baseado na antiguidade [4], e dois meses depois sua subserviência foi demonstrada ao conceder um perdão sem precedentes a um general do exército ativo que fez um discurso político em um comício de Bolsonaro [5]. O presidente Bolsonaro fez esforços extraordinários para agradar as várias forças policiais federais e estaduais do Brasil, incluindo a concessão ou obtenção de salários generosos e outros benefícios [6]. Esse apoio é visto como uma possível alternativa à liderança militar em uma tentativa em potencial de golpe (por exemplo, [7]).

Os meios de comunicação relataram isso como ações orquestradas para um golpe militar (Ver [1]). Se isso ocorrer, pode-se esperar a invasão de terras indígenas por grupos ruralistas na ausência de qualquer proteção governamental para esses povos. Bolsonaro tem defendido a volta da ditadura militar, e todos os anos manda os militares comemorarem a data do golpe militar de 1964 (por exemplo, [8]). Tanto antes quanto depois de sua eleição como presidente,

Bolsonaro elogiou repetidamente um dos mais notórios torturadores da ditadura militar brasileira [9, 10]. Embora não seja universal, é clara a existência de um apoio significativo à ideologia de Bolsonaro entre os militares [11].

Bolsonaro afirmou que as Forças Armadas lhe devem total apoio [12], o que reforçou os apelos de seus apoiadores por um golpe militar. As instituições brasileiras não devem ignorar o risco de um golpe militar no Brasil, dada a necessidade de autopreservação de Bolsonaro. Em 13 de agosto de 2021, o presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), um defensor declarado de Bolsonaro, foi preso por ameaças ao Supremo Tribunal Federal (STF) [13]. Em 20 de agosto, Bolsonaro apresentou ao Senado um pedido de impeachment do juiz do STF que havia ordenado a sentença apesar das poucas chances de aprovação [14]. Acredita-se que isso seja um movimento para desviar a atenção dos crimes do próprio presidente durante a pandemia, conforme apontado por vários senadores [15]. A atual "crise institucional" do Brasil entre os três poderes do governo (legislativo, executivo e judiciário) que é alimentada pelo Presidente Bolsonaro e seus apoiadores, inclui ataques constantes ao sistema eleitoral, sugerindo que a próxima eleição presidencial de outubro de 2022 seria fraudada. Isto pode ser parte de uma estratégia de preparação para uma revolta de apoiadores para derrubar uma derrota eleitoral, seguindo o exemplo do presidente dos EUA, Donald Trump [16].

### **Consequências potenciais para Bolsonaro**

O Congresso Nacional do Brasil detém a autoridade para destituir o presidente. Mais de 120 moções pedindo o impeachment do presidente Bolsonaro estão em tramitação na Câmara dos Deputados, mas o presidente da Câmara (Artur Lira), apoiador de Bolsonaro, não permitiu que nenhuma delas avance pelo processo de aprovação da comissão e votação do plenário [17]. As justificativas para o impeachment vão desde o tratamento desastroso do presidente da pandemia de COVID-19 até corrupção, destruição ambiental e tentativas de minar a democracia. O tratamento dos povos indígenas está entre as justificativas. As



justificativas para o impeachment do presidente Jair Bolsonaro são mais do que suficientes para permitir que o Congresso considere essa opção.

O Supremo Tribunal Federal (STF) possui uma variedade de poderes, incluindo exigir que o Congresso Nacional aja em determinados assuntos. Em julho de 2020, um membro sênior do STF fez duas declarações públicas associando os militares ao genocídio (incluindo o Ministério da Saúde, então controlado pelos militares) com base no tratamento da COVID-19 em povos indígenas [18, 19]. Várias acusações criminais contra o Presidente Bolsonaro poderiam ser consideradas [20]. As ações judiciais poderiam ser estendidas aos funcionários de órgãos governamentais que contribuíram para a vulnerabilidade desses povos durante a pandemia, como os chefes técnicos do IBAMA que insistem em realizar audiências públicas na rodovia BR-319. A vulnerabilidade dos povos indígenas afetados também significa que os juízes brasileiros têm a responsabilidade de suspender esses projetos durante a pandemia.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) pode emitir uma variedade de medidas para seus Estados membros. Em julho e outubro de 2020 e em janeiro de 2021, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) emitiu medidas cautelares ao governo brasileiro devido à falha do governo em tomar medidas para proteger povos indígenas do COVID-19 [21-23]. Em julho de 2021 a APIB apresentou uma denúncia à CIDH para evitar um novo massacre dos povos Munduruku, Yanomami e Guajajara [24]. Além da CIDH, o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) também inclui a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), à qual a CIDH pode encaminhar casos para julgamento.

O sistema das Nações Unidas inclui o Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos (ACNUDH). Em 23 de agosto de 2021, o *Relator Especial da ONU sobre os direitos dos povos indígenas* pediu que o Supremo Tribunal Federal do Brasil defendesse os direitos à terra indígena [25]. O Conselho de Direitos Humanos da ONU (UNHRC), também parte do sistema ONU, recebeu um relatório em 28 de junho de 2021 de seu conselheiro especial para a prevenção do genocídio levantando

formalmente a questão do “risco de genocídio” dos povos indígenas do Brasil [26].

O Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia, recebeu uma série de casos contra o presidente Bolsonaro por “crimes contra a humanidade” e “genocídio”. Em 9 de agosto de 2021, a APIB apresentou um processo acusando o Presidente Bolsonaro desses crimes [27]. Esta é a primeira vez que líderes indígenas apresentam um caso desse tipo diretamente, e não por meio de intermediários [28], como um caso apresentado em julho de 2020 por 60 organizações de saúde no Brasil [29]. Em 16 de agosto de 2021, a APIB divulgou um dossiê de reclamações internacionais sobre os povos indígenas do Brasil [30]. O tribunal apenas procede com o julgamento de uma pequena porcentagem dos casos que recebe, mas deve atuar em alguns dos casos pendentes do Brasil, tanto aqueles baseados na destruição do meio ambiente quanto na violação dos direitos dos povos indígenas. É urgente que o Brasil reverta a progressiva erosão dos direitos dos povos indígenas. [31]

---

*A imagem que abre este artigo foi feita em Brasília – DF, durante a Cerimônia do Dia do Exército, com a Imposição da Ordem do Mérito Militar e da Medalha Exército Brasileiro (Foto: Isac Nóbrega/PR/19/04/2022)*

---

## Notas

[1] Jornal da Cultura 2021. Jornal da Cultura | 29/03/2021 [Jornal da Cultura](#), 29 de março de 2021.

- [2] Cantanhêde, E. 2021. [Ministro da Defesa foi demitido após recusar alinhamento das Forças Armadas ao governo Bolsonaro](#). *Estadão*, 29 de março de 2021
- [3] Gielow, I., V. Sassine & G. Uribe 2021. [Comandantes das Forças Armadas pedem demissão em protesto contra Bolsonaro](#). *Folha de S. Paulo*, 30 de março de 2021.
- [4] Frazão, F. & E. Castanhêde. 2021. [Bolsonaro quebra tradição de antiguidade e coloca general Paulo Sérgio para comandar Exército](#). *Estadão*, 31 de março de 2021.
- [5] G1 2021. [Exército livra Pazuello de punição por ter participado de ato político com Bolsonaro](#). *G1*, 03 de junho de 2021.
- [6] Mena, F. 2021. [Polícias podem apoiar aventura golpista de Bolsonaro?](#) *Folha de São Paulo*, 09 de julho de 2021.
- [7] Kotscho, R. 2021. [Militares desembarcaram, mas Bolsonaro não desiste dos delírios golpistas](#). *UOL*, 30 de março de 2021.
- [8] DW (Deutsche Welle) 2021. [Brasil é citado na ONU por risco de genocídio de indígenas](#). *DW*, 28 de junho de 2021.
- [9] Fearnside, P.M. 2018. [Why Brazil's new president poses an unprecedented threat to the Amazon](#). *Yale Environment* 360, 08 de novembro de 2018.
- [10] Mazui, G. 2019. [Bolsonaro chama coronel Brilhante Ustra de 'herói nacional'](#). *G1*, 08 de agosto de 2019.
- [11] Machado, L. 2021. [Demissão de comandantes não tira apoio militar a Bolsonaro, dizem cientistas políticos](#). *BBC News Brasil*, 30 de março de 2021.
- [12] Carta Capital 2021. [Bolsonaro diz que Forças Armadas devem 'apoio total às decisões do presidente'](#). *CartaExpressa*, 12 de agosto de 2021.

[13] Borges, R. 2021. [Bolsonaro promete ir ao Senado por impeachment de ministros do STF: "Extrapolam limites constitucionais"](#). *El País*, 14 de agosto de 2021.

[14] Vargas, M., [M. Rocha & T. Resende](#) 2021. [STF vai manter foco criminal contra Bolsonaro, e Câmara tenta se afastar de crise](#). *Folha de São Paulo*, 22 de agosto de 2021,

[15] Carta Capital 2021. [Impeachment de Moraes e Barroso é cortina de fumaça para esconder crimes de Bolsonaro, diz senador](#). *CartaExpressa*, 14 de agosto de 2021.

[16] Gielow, I. 2021. [Trump promove sedição e fornece roteiro para Bolsonaro em 2022](#). *Folha de São Paulo*, 06 de janeiro de 2021,

[17] Ferreira, F. 2021. [Entenda o poder de Lira sobre impeachment de Bolsonaro e os limites para eventual atuação do STF](#). *Folha de São Paulo*, 18 de julho de 2021.

[18] Mello, I. 2020. ['Exército está se associando a genocídio' na pandemia do novo coronavírus, diz Gilmar Mendes](#). *Folha de São Paulo*, 11 de julho de 2020.

[19] Teixeira, M. 2020. [Gilmar cita genocídio de índios e volta a criticar excesso de militares no Ministério da Saúde](#). *Folha de São Paulo*, 14 de julho de 2020.

[20] Brandino, G. 2021. [Entenda possíveis caminhos para eventual criminalização do presidente Bolsonaro](#). *Folha de São Paulo*, 31 de março de 2021.

[21] IACHR (Inter-American Commission on Human Rights) 2020. [Inter-American Commission issues precautionary measures as COVID-19 threatens indigenous communities](#). *IACHR*. 22 de julho de 2020.

[22] IACHR (Inter-American Commission on Human Rights) 2021. [A CIDH adota medidas cautelares em favor de membros dos povos indígenas](#)

[Guajajara e Awá da Terra Indígena Araribóia no Brasil](#). *IACHR*, 13 de janeiro de 2021.

[23] ILRC (Indian Law Resource Center) 2020. [Indigenous peoples of Brazil denounce human rights violations during the pandemic before the Inter-American Commission on Human Rights](#). *Indian Law Resource Center*, 06 de outubro de 2020.

[24] APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) 2021. [APIB leva para Comissão Interamericana denúncias para evitar novo massacre aos povos Munduruku, Yanomami e Guajajara](#). *APIB*, 01 de julho de 2021.

[25] OHCHR (Office of the High Commissioner of Human Rights) 2021. [“Brazil: Supreme Court must uphold indigenous land rights” UN expert](#). *OHCHR*, 23 de agosto de 2021.

[26] DW (Deutsche Welle) 2021. [Brasil é citado na ONU por risco de genocídio de indígenas](#). *DW*, 28 de junho de 2021.

[27] Pontes, N. 2021. [Indigenous Brazilians accuse Jair Bolsonaro of genocide at ICC](#). *DW (Deutsche Welle)*, 09 de agosto de 2021.

[28] APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) 2021. [Unprecedented: APIB denounces Bolsonaro before the ICC, in The Hague, for indigenous genocide](#). *APIB*, 09 de agosto de 2021.

[29] Jucá, B. 2020. [Profissionais de saúde levam a Haia denúncia contra Bolsonaro por genocídio e crime contra a humanidade](#). *El País*, 26 de julho de 2020.

[30] APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) 2021. [International Complaints Dossier of Brazil’s Indigenous Peoples](#). 54 p. *APIB*, 16 de agosto de 2021.

[31] Este texto é traduzido de: Ferrante, L. & P.M. Fearnside. 2021. [Brazilian government violates Indigenous rights: What could induce a change?](#) *Die Erde* 152(3): 200–211.

---

Leia os outros textos da série:

[Governo viola direitos indígenas: 1 – Retórica presidencial](#)

[Governo viola direitos indígenas: 2 - Desmantelamento de órgãos e proteções legais](#)

---

**Lucas Ferrante** é doutorando em Biologia (Ecologia) no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Manaus, AM. Tem pesquisado agentes do desmatamento, buscando políticas públicas para mitigar conflitos de terra gerados pelo desmatamento, invasão de áreas protegidas e comunidades tradicionais, principalmente sobre Terras indígenas e Unidades de Conservação na Amazônia.

**Philip Martin Fearnside** É doutor pelo Departamento de Ecologia e Biologia Evolucionária da Universidade de Michigan (EUA) e pesquisador titular do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em Manaus (AM), onde vive desde 1978. É membro da Academia Brasileira de Ciências. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC), em 2007. Tem mais de 700 publicações científicas e mais de 600 textos de divulgação de sua autoria que podem ser acessados aqui. <https://philip.inpa.gov.br>